

A C Ó R D ã O Nº 8.844

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.846.2010-50-TCE (C/ 01 Anexo e Processo nº 13.721.2010-10-TCE – Apenso)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Porto Walter, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Senhor Neuzari Correia Pinheiro
RELATORA: Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Incorreções apontadas nos balanços orçamentário e patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Notificar o atual gestor. Não encaminhamento dos documentos elencados nos incisos XII, XIII, XV, XVI, XVII E XVIII do Anexo IV da Resolução-TCE nº 62/2008. Ausência da Declaração de Habilitação Profissional do subscritor dos demonstrativos contábeis. Ofensa ao princípio do orçamento bruto. Erro de classificação nas transferências de recursos à Câmara Municipal. Inconsistências na DVP e no Balanço Patrimonial (valor do Ativo Real Líquido). Ausência do inventário de bens móveis e imóveis. Falhas na demonstração das dívidas fluante e fundada. Ausência do Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. Não envio das folhas de pagamento do Prefeito e Vice-Prefeito. Cientificar o Responsável pelas contas em exame. Determinar ao Gestor a devolução da quantia referente ao saldo a ser transferido que não foi comprovado. Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser devolvido. Aplicar multa ao Responsável, prevista no art. 89, incisos II e III, da LCE nº 38/93 c/c o art. 139, incisos II e III, da Resolução-TCE nº 30/96. Abertura de Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 44, § 1º, da LCE nº 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1) notificar** o atual Gestor no sentido de corrigir as incorreções apontadas nos balanços orçamentário e patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, bem como **cientificar** o **Responsável pelas contas em exame** das ressalvas a seguir destacadas: **a)** não encaminhamento dos documentos elencados nos incisos XII, XIII, XV, XVI, XVII E XVIII do Anexo IV da Resolução-TCE nº 62/2008; **b)** ausência da Declaração de Habilitação Profissional do subscritor dos demonstrativos contábeis; **c)** ofensa ao princípio do orçamento bruto; **d)** erro de classificação nas transferências de recursos à Câmara Municipal; **e)** inconsistências na DVP e no Balanço Patrimonial (valor do Ativo Real Líquido); **f)** ausência do inventário de bens móveis e imóveis; **g)** falhas na demonstração das dívidas fluante e fundada; **h)** ausência do Parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em desacordo com o previsto no art. 27, da Lei nº 11.494/2007; e **i)** não envio das folhas de pagamento do Prefeito e Vice-Prefeito; **2) determinar** ao Gestor que **devolva** aos cofres do Município, **no prazo de 30 (trinta) dias** a quantia de **R\$ 411,38** (quatrocentos e onze reais e trinta e oito centavos) referente ao saldo a ser transferido que não foi comprovado; **3) impor**

(A C Ó R D ã O Nº 8.844 – FL. 02 de 02)

ao Gestor o pagamento de **multa** de **10%** (dez por cento) sobre o valor a ser devolvido, nos termos do art. 88 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, que importa no valor de **R\$ 41,13** (quarenta e um reais e treze centavos); **4) aplicar multa** ao Responsável, prevista no art. 89, incisos II e III, da LCE nº 38/93 c/c o art. 139, incisos II e III, da Resolução-TCE nº 30/96, no valor equivalente a **R\$ 14.280,00** (catorze mil, duzentos e oitenta reais), em razão das irregularidades e ressalvas descritas nos itens “1” e “2”, respectivamente, considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**. Na hipótese de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos arts. 23, inciso III e 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; e **5) abrir Tomada de Contas Especial**, com fundamento no art. 44, § 1º, da LCE nº 38/93, para apurar se os pagamentos realizados, a título de subsídio, ao Prefeito e Vice-Prefeito estão em conformidade com o previsto no art. 39, § 4º, da Constituição Federal, bem como para apurar os valores relativos a diárias pagas à própria Prefeitura Municipal de Porto Walter, bem como empenhos em nome do então Prefeito Municipal, Senhor Neuzari Correia Pinheiro. Após as formalidades de estilo e **observado** o trânsito em julgado da decisão, pelo **encaminhamento** da **cópia da Prestação de Contas** à Câmara Municipal de Porto Walter, para julgamento, consoante prevê o art. 23, §§ 1º e 2º, da Constituição Estadual, bem como ao **Ministério Público do Estado do Acre**. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro e a Excelentíssima Senhora Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 06 de maio de 2014

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/ACRE

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do MPE/TCE/AC